VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 08/Quadriénio 2017-2021

Ao décimo nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes, **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **João Manuel Lopes Rodrigues**, Primeiro Secretário, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, Segundo Secretário, e os **membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU**, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro, José Estêvão Correia da Cruz, Ricardo José Madeira Cipriano, Rui João Gutierres Setúbal, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Vasco Ricardo Salas Vasques, Miguel Moreira da Costa, Anabela Alves dos Santos Silva, Vera Lúcia Romão Corvo, Joaquim Pena Vasques, Hélder Manuel Sousa Martins, António Manuel Cipriano Cabrita, Sónia Isabel Pereira Vasques, Armando José Parra da Silva, Paulo Alexandre Calvinho Conceição, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança, António José Cardoso Gomes, Raúl Jorge Belião Nogueira, Ricardo Catarino Serrano dos Reis** e **Luis Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme **Edital de 30 de outubro de 2018**, reuniu, em sessão **EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António**. ----------

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada da **CDU Luís Filipe da Palma P. Rodrigues** foi substituído por **Vasco Ricardo Salas Vasques** e **Gabriela Alexandra Gonçalves** foi substituído por **Hélder Manuel Sousa Martins** e na bancada do **PS Vilma Sara Flores Dourado** foi substituída por **Anabela Alves dos Santos Silva** e **João Carlos Calvinho Lopes Viegas** foi substituído por **Joaquim Pena Vasques**.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e deu conhecimento da Ordem de trabalhos. Declarou que se tratava de uma sessão requerida pela bancada do PS e que tinha um ponto único: **DEBATE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**. Referiu que, dada a especificidade de haver um ponto único, a Mesa da Assembleia tinha enviado um mail às três bancadas no sentido de perguntar se haveria sugestões, obviamente dentro do enquadramento regimental, para a condução dos

trabalhos. Do PS chegou um mail com a proposta de que o debate tivesse três períodos, com três intervenções por bancada, com três períodos de resposta e réplica no final, com um tempo de intervenção com limite de dez minutos, réplicas de cinco minutos e, no período de intervenção do público, cada munícipe inscrito poder ter de três a cinco minutos para intervir, o que, como se sabe, não é regimental. A proposta do PSD era de que se considerasse o cumprimento do artigo vinte e quatro do Regimento da Assembleia Municipal. O contato com a CDU deu também este entendimento de que o artigo vinte e quatro do Regimento, e portanto com uma proposta regimental, dá enquadramento ao que se tem para discutir nesta sessão. Leu o artigo vinte e quatro do Regimento da Assembleia Municipal: *Artigo 24º (REGRAS DO USO DA PALAVRA PARA DISCUSSÃO DA ORDEM DO DIA). 1. Para a discussão de cada ponto da "Ordem do Dia" há um período inicial de 30 minutos, a distribuir proporcionalmente. 2 Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de 30 minutos, a distribuir de igual modo. 3. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que se visa prosseguir, e não exceder o total de 10 minutos.* Continuou dizendo que, relativamente ao que dissera anteriormente, acresceriam os dez minutos de intervenção inicial, por parte do PS, para apresentar a proposta, na prática, o requerimento para a realização desta Assembleia Extraordinária, sendo assim, perguntou ao PS quem se inscrevia e, em uma ou em mais intervenções, o PS teria 10 minutos para uma intervenção inicial.

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** declarou que o PS tinha tomado a iniciativa de pedir este debate e que lhe cabia a ele, **Rui João Gutierres Setúbal**, fazer a intervenção inicial justificando e enquadrando os motivos deste pedido. Disse que fazia um ponto prévio para dizer que, como habitualmente, a Câmara Municipal não lhes tinha feito chegar a documentação que tinham solicitado por email, no sentido de se prepararem e trazerem aqui alguma informação adicional que consideravam importante para este debate. No entanto, porque o PS sempre tomou uma perspetiva de colaboração e o seu sentido de responsabilidade e de intervenção política, levou-os a que estivessem aqui presentes para fazer esse debate porque entendem que preparar o futuro implica primeiro conhecer as razões de aqui estarmos e como aqui chegámos. Em dois mil e treze o município foi declarado em situação de rotura financeira. E só então o PSD veio reconhecer aquilo que já há muito o PS vinha chamando a atenção e que levaria, em dois mil e treze, qualquer político

com sentido de responsabilidade teria, de imediato, tomado medidas para poder resolver o problema. No entanto, isso não aconteceu e foi preferível esconder o problema e esconder a realidade dos vila-realenses. Os orçamentos continuaram a subir de valor para permitir mais despesa e, assim, permitir consequentemente o aumento do endividamento. Os responsáveis, os responsáveis desta situação têm claramente rosto e nome: é o PSD, através dos seus representantes, dos seus presidentes, dos seus vereadores, dos seus deputados municipais, gestores de empresas municipais e dirigentes. Ao longo de treze anos, quem está no lado de cá desta bancada sempre foi acusado de nada fazer pelo concelho, de querer a sua destruição, de não querer colaborar para o emprego e de estar contra o progresso. Enfim, estar contra tudo e contra todos. Dar a conhecer a verdadeira situação e apresentar soluções não compete ao PS porque não conhecem a totalidade dos dossiers, mas é da exclusiva responsabilidade desta Câmara e dos seus vereadores e do PSD. Não chega afirmar que agora a dívida não é dívida, que é investimento. Em dois mil e onze foi apresentado aqui, numa assembleia, o Plano de Responsabilidade Geracional e já então o Presidente afirmava que o empréstimo de cinquenta milhões era para pagar dívida. Afinal dívida é mesmo dívida. Será pois necessário explicar ponto a ponto, euro a euro, a sua origem e, por isso, pediram uma auditoria às contas, que foi obviamente negada pelo PSD. Qual era o medo? Não sabem. Quando o PSD assumiu o poder, em dois mil e cinco, o relatório de contas apresentava, e que foi elaborado e aprovado por essa maioria, apresentava uma dívida de oito milhões de euros. Atualmente essa dívida atinge valores superiores a cento e trinta. A justificação que é muitas vezes dada de que o património cresceu para duzentos milhões também não cabe. Muito desse património já existia e tratou-se de uma mera inventariação. Basta referir coisas como Parque de Campismo, Pavilhão, Piscina, Complexo Municipal, UTL, Bairros Sociais e até as próprias vias públicas, cujo valor era zero. Se a verdade é que a dívida atual é de cento e trinta milhões e também é verdade que não receberam uma pesada herança. Lembrou então como foi possível chegar a esse ponto. Em dois mil e seis, o primeiro orçamento apresentado pelo PSD apresenta trinta e dois milhões de investimento. Começava aqui um verdadeiro festival. No ano seguinte era anunciado um extraordinário aumento de vinte e oito por cento, este para quarenta e dois milhões de euros, este sim, um valor mais de acordo com a estratégia de desenvolvimento. Vivia-se então, era anunciada, vivia-se então tempos de fartura. Encomendava-se estudos, projetos, anunciava-se sucessivas obras de investimentos, a produção de eventos, ditos estruturantes, era enorme, e dizia-se que marcariam a diferença no Algarve, que seriam a âncora para pôr o concelho no

mapa. É verdade. O concelho foi posto no mapa, mas não por estas razões, mas sim pelas piores razões. Uma das primeiras obras que foi anunciada foi o Plano de Ordenamento da Frente Marítima de Monte Gordo, uma obra de quinze milhões que estaria pronta em dois mil e nove. Estamos em dois mil e dezoito, quase no final, e vê-se o estado da obra. Quem não se lembra das iluminações de Natal, das passagens de ano, de cinco noites, por acaso em ano eleitoral, das semanas culturais, do Manta Beach, da promessa de que o Carnaval voltaria a ter pujança de outrora e seria o maior do Algarve, ou até, quem não se lembra que uma simples abertura de um no letivo na UTL era abrilhantada com uma grande atuação musical de uma estrela? E projetos sociais como Agarra, Vila Real a Sorrir, VRSA Amiga, o que é feito deles? Quem não se lembra do anúncio da maior Unidade de Cuidados do Algarve, que estaria concluída em dois mil e nove, com duzentas camas e com noventa postos de trabalho? Assim se passou alegremente de uma dívida de oito para oitenta, entre dois mil e cinco e dois mil e oito. Aquilo que eram eventos estruturantes ou desapareceram ou estão reduzidos a mínimos. Os famosos VIP'S que então visitavam o concelho também foram desaparecendo à medida que o dinheiro escasseou. Os grandes projetos, alguns deles verdadeiramente hilariantes, que representavam cinco por cento do PIB algarvio, com centenas e centenas de postos de trabalho não passaram disso: de projetos. Tudo isto foi acompanhado de uma coisa curiosa: é que desde dois mil e seis, foi em dois mil e seis a última vez que um Boletim Municipal publicou a lista dos beneficiários dos subsídios que a Câmara atribui. Até aí, todos, todos, empresas, associações ou particulares, eram publicitados. Que se tem hoje? Tem-se um concelho deprimido, esquecido onde os equipamentos e infraestruturas se degradam e a Câmara não tem capacidade de repará-los, onde até a velha bandeira do apoio social foi reduzida a mínimos. É um concelho sem capacidade de investimento para os próximos anos, onde uma simples fonte não consegue ser reparada, onde um compromisso com um investidor não consegue ser cumprido, que tudo, até tudo foi vendido, até o estacionamento, e coisas que nem sequer eram propriedade da Câmara, como um terreno em Monte Gordo. No PS, sabiam que a situação era grave, mas mesmo assim ficaram perplexos com o programa eleitoral do PSD que prometia, há pouco mais de uma ano, Casas de Juventude, Casa do Estudante em Lisboa, Oficinas de criatividade, construção de variantes (no plural) à EN 125, conclusão do passadiço, investir fortemente na requalificação e nos jardins em todas as freguesias. O que se tem hoje: tem-se um concelho abandonado, com menos e piores jardins, ruas e passeios esburacados, como a outrora ex-libris "rua dos mosaicos" num estado vergonhoso, com

estradas e caminhos municipais com mais buracos do que a EN 125 tinha quando o concelho, já em dificuldades financeiras, publicitava e gastava mais dinheiro em imagens de marca, de marketing e de imagem, com falta de higiene, e também com bairros sociais, uma zona onde outrora se anunciava magníficos e grandiosos investimentos na frente ribeirinha. Esta situação de degradação, a par dos constrangimentos causados, especialmente em Monte Gordo, pela "usura", para não dizer "roubo" praticado na política de estacionamento, a introdução da taxa turística e a realidade do mercado internacional adensam as suas preocupações sobre o futuro do concelho, sem indústria, e que vive essencialmente de quem nos visita. Agora, para maquilhar as responsabilidades, vêm a ter sempre uma desculpa: a desculpa do FAM. O que o PS pretende e está à espera é que aqui seja trazida a verdade, a dimensão do buraco financeiro, quais as exigências do FAM, quais as opções estratégicas tomadas no executivo atual para resolver o problema, o que vai acontecer com a distribuição da água ao consumidor, o que vai acontecer com as recolhas de lixo, mas também sabiam e querem saber, e exigem saber, qual a verdadeira situação da SGU, qual a verdadeira dívida às Águas do Algarve e quais as responsabilidades financeiras com os processos judiciais em curso. Uma última palavra para a situação do FAM. Querem aqui deixar a sua profunda indignação pela forma como têm sido tratados, quer eles, quer toda a oposição, quer especialmente os vila-realenses, pelo PSD e pelo FAM, ignorando que existem outras forças políticas com representatividade neste concelho que mereciam saber dos dossiers, do que se está a tratar, quais são os acordos que existem, o que é que se está a propor ao FAM. Tudo isso tem sido escondido e, por isso, querem mostrar a sua indignação. Se não há dúvida de que o principal responsável pela situação atual, pelo desastre atual, é o PSD, o FAM tem a sua quota-parte de responsabilidades e têm que pronunciá-lo quando, em dois mil e dezassete, deixou que tudo isto se arrastasse, e tudo isto fosse possível, que a Câmara continuasse a gerir e a aumentar as suas dívidas em cinco milhões de euros por força de excesso de despesa em fornecimentos e serviços de terceiros. O PS está disponível, a troco da verdade e da transparência, para contribuir para encontrar uma solução que devolva a esperança ao concelho, mas não lhe peçam nunca um cheque em branco. O PS dará o seu apoio às soluções, estará disposto a fazer aquilo que agora é pedido candidamente depois de ter sido ignorado durante anos, está disposto a ser parte da solução, está disposto a colaborar porque, até aqui, nunca quiseram a sua colaboração. Mas que lhe digam, por favor, a verdade. Depois do PSD ter destruído o concelho, por inércia ou por interesse,

chegou agora a hora da reconstrução para que não tenhamos que explicar, no futuro, aos nossos filhos ou aos nossos netos por que não têm precisamente esse futuro.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** quis esclarecer e responder a uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** relativamente à documentação que solicitara e que, segundo ele, não lhe tinha sido fornecida. O PS tinha enviado à Mesa da Assembleia Municipal um pedido de um conjunto de informação à Câmara Municipal com a "exigência", com a exigência, a palavra é do requerimento, de que fosse fornecida em três dias, foi solicitada à Câmara Municipal, a que a Câmara Municipal respondeu e dessa resposta foi dado conhecimento ao PS, que o essencial dos documentos são públicos e estão no site oficial do município, todos os documentos de dois mil e nove a dois mil e dezassete, repetiu, todos os documentos de dois mil e nove a dois mil e dezassete podem ser consultados no site oficial do município. Quanto aos restantes não havia possibilidade de, em tempo útil, proceder à sua digitalização e ao seu fornecimento no formato PDF, tal como foi solicitado. Isto foi transmitido ao PS. O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** manifestou a sua discordância quanto às datas da resposta e o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, considerando que isto era demasiado importante, solicitou ao secretariado da Assembleia que esclarecesse a situação para não ficar aqui a suspeita de que não se respondera ao email e pediu que visse em que data foi respondido, e durante a sessão trataria de passar essa informação. De seguida, perguntou à bancada do PSD quem se inscrevia e que disporia de dez minutos, no máximo, para a sua exposição.----------

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** saudou os membros presentes, os membros da Assembleia, os Srs. Vereadores, disse ter pena que os Vereadores do PS não estivessem presentes uma vez, e que viessem sempre os substitutos, o que mostrava o real interesse que mantêm em tudo isto. Há, por exemplo, um senhor que devia vir mais vezes a isto e que nunca o viu aqui, não se digna vir à Assembleia Municipal, se calhar, como fazia noutros tempos quando era Presidente de Câmara. Depois, antes de começar a sua intervenção, quis dizer uma outra coisa e para que as pessoas aqui presentes saibam: isto que se está a fazer aqui hoje pode-se fazer em qualquer sessão da Assembleia Municipal, seja ela Ordinária, seja ela Extraordinária. Esta sessão, que é feita com esta pompa e circunstância, que traz por trás todo um certo show off, e para que as pessoas tenham a ideia de que cada sessão da Assembleia anda à roda dos três mil euros, o seu custo. Depois, toda esta informação que foi dada pelo Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal**, de certa forma, tem sido transmitida ao longo do tempo através de um órgão que chama,

entre aspas, "oficioso", um blog que por aí anda e que evidencia umas técnicas muito esquisitas sobre a forma como se anda a manipular as redes sociais. Disse que já tinham tido uma primeira prova disto nas eleições com uns truques nos "likes" que, por sinal, até foram condenados em tribunal e que, depois, até tinham passado disso, mas enfim. Depois, de todas estas intervenções, até hoje, e porque nunca tinham renegado a situação que se vive, e porque têm a noção das dificuldades que se está a passar, perguntam sempre: é, com esta disponibilidade toda, se apresentam alguma solução para além daquilo que se está a fazer. E, para ele, a questão é esta, isto pode tratar-se muito rapidamente em três pontos: aquilo que foi a situação anterior à chegada ao poder do PSD, a chegada ao poder municipal. E parece-lhe que as pessoas, hoje, estão muito esquecidas do que foi o tempo de um senhor que, hoje, é vereador da oposição, as pessoas esquecem-se disso. Por exemplo, quando aqui se queixam de que não é dada a informação à oposição, nem contava àqueles que não sabem, aos mais novos, o que era obter informação do executivo, noutros tempos! Nem conta o que era determinado tipo de coisas, e determinado tipo de situações, que, hoje, ainda estão para saber como é que as coisas aconteceram. Lembra-se que, uma vez, perguntou e questionou por que é que o Sr. Presidente tinha feito uma determinada viagem e alguém disse que o Sr. Presidente estava a tratar de assuntos de Estado, coisas interessantes, por acaso tinha ido ao Brasil, tratar de assuntos de Estado. Depois, quando se fala na questão da dívida, isto também tem mais que se lhe diga, porque a dívida, quando o PSD tomou conta do Executivo, a dívida também estava muito encapotada. Já se esquecem, se calhar, do que foi aquele complexo habitacional, ali junto à zona da tourada, já se esquecem que, quando dizem que havia as piscinas, não havia piscinas nenhumas, não havia biblioteca nenhuma, além das asneiras que foram feitas quanto ao saneamento básico. Porque essas coisas, e isto não é atirar culpas para outros, essas coisas é bom que as pessoas se recordem do que era o saneamento básico em Vila Real. Mais. Vem mesmo a calhar, no dia de hoje, aquilo que aconteceu agora com a chuva, e não sabe se ouviram as notícias, aqui em Ayamonte e Isla Cristina houve cheias e, em Vila Real, como diz um amigo, não se passou nada. É que isto tem mais que se lhe diga. É bom que as pessoas não se esqueçam disso. É bom que as pessoas pensem o que isto era. E voltou a dizer que não renegavam os seus erros. E mais: neste ano de mandato, estão, com toda a humildade, fazendo um esforço tremendo para recuperar a situação financeira do concelho e, como já foi dito aqui por várias vezes, nem que seja a última coisa que façam, agora, e quem lê, e disse que lê, porque ficam muito satisfeitos por lê, o tal órgão oficioso, no tal órgão oficioso tanto se diz num dia que estão a

fazer mal, porque estão a fazer para baixo, tanto diz que estão a fazer mal, porque estão a fazer para cima. Então, como estão? Porque a desinformação também é fazer mal ao nosso concelho. Aquilo que se faz nessa porcaria que se chama "Largo da Forca" é muito perigoso. E sabem quem escreve nesse "Largo da Forca". "É muito perigoso, meus amigos" – disse. É bom que a população de Vila Real saiba isso e, além disso, é curioso que coisas que saem nesse tal "Largo da Forca", no dia a seguir, algumas são comunicados oficiais do PS. Estão a brincar a quê? Por que é que não têm coragem de mostrar a cara e de o fazer cá fora? Depois, e baseando-se em concreto neste ano de mandato que leva o Executivo, tem a impressão, e quem tiver mais anos disto, que, até hoje, não houve um Executivo que tivesse sido tão escrutinado, tão escrutinado, como este Executivo atual. É porque é perguntas todos os dias. No caso do PS, até solicitava que a Câmara facultasse uma secretária na Soliva e outra secretária no Arquivo Histórico porque já pediram tantos papéis, que ainda falta pedir os do Arquivo Histórico e da Soliva e têm de se sentar lá para receber os papéis todos, a não ser que também queiram, quando pedem papéis, também devem querer as notas pessoais que cada um tomou quando estava nas reuniões. Isto tem mais que se lhe diga. Depois, quando se dirigem ao FAM, o FAM é um órgão perfeitamente independente, que está fazendo o seu papel aqui no concelho no sentido de se recuperar as situações. E quando lê que o FAM tem uma atitude incorreta, tem não sabe quê, não sabe que mais, então que façam queixas do FAM! Há uma série de pessoas lá metidas no FAM que até são do PS! Que façam queixas do FAM. O PS está para tudo, se até já chamaram nomes ao Secretário de Estado, ao José Apolinário, se já chamaram nomes à Ministra, pois, se calhar já chamaram nomes ao FAM. Agora, o que é um facto e o que começa a pensar é o seguinte: faltam três anos de mandato. E o que começa a ser o medo de muita gente é pensar que, se calhar, vão ser capazes de dar a volta a isto. Digam lá o que disserem. E que não lhe venham cá com conversas de estratégias, não lhe venham cá com promessas e oportunidades de investimento, porque tudo aquilo que são oportunidades de investimento, o PS também tem tido a preocupação de prejudicá-las todas. Todas. O que se passa em Monte Gordo, e todo o atraso que houve em todo o arranjo que foi feito em Monte Gordo, o PS, e sobretudo o seu candidato à Câmara Municipal nas últimas eleições, têm muita culpa. Porque andou a atrasar tudo o que fez e ainda o que foi possível e ainda estão para saber como alguém conseguiu mudar aquele parecer que a Associação Portuguesa do Ambiente tinha dado para se fazer o hotel em Monte Gordo, a Câmara avança para o concurso e, com o concurso feito, há um retorno dessa decisão da Associação Portuguesa do Ambiente. "E isto é ajudar o concelho,

meus amigos?" – Disse. Porque, às vezes as pessoas deviam pensar em tudo isto: o chegar ao poder, não é chegar ao poder a todo o preço. Há que ter uma certa dignidade na forma de fazer as coisas. E depois, entraram numa outra técnica que é "os do PSD são todos incompetentes". São todos incompetentes! Tudo o que fazem está mal feito. E depois ainda há outra coisa mais grave: dá a sensação de que são todos ladrões. E pediu que investigassem, que investigassem os seus patrimónios e disse que, naquilo que a ele tocava, o que tinha era dívidas. E, depois, que não viessem cá com a história dos clãs. Isso era outra conversa pegada. O haver gente empenhada, naturais de Vila Real de Santo António que querem fazer o melhor por este concelho não é aquela conversa que o PS para aqui traz. Que não os tomem por parvos, se calhar, estão muito mais atentos do que aquilo que o PS pensa. E que lhe façam um favor, que os respeitem um bocadinho, porque o PS não os respeita para nada. Que não se esqueçam, no que a ele tocava, em todos os quarenta anos que tem de passar como membro desta Assembleia Municipal, porque entrou a primeira vez com dezoito anos e tem cinquenta e oito anos, esteve mais tempo na oposição do que no poder e dizia, com toda a sinceridade, que teve todo o prazer em estar na oposição e que não o quisessem apanhar, um dia, na oposição.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o PS tinha tido uma primeira possibilidade de intervenção para apresentar o requerimento, depois começou a primeira ronda com o PSD e passa, de novo, para o PS e, a seguir, para a CDU. E perguntou quem do PS tomaria a palavra.----------

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que tinha a sua intervenção preparada, contando que seria a primeira a falar, entretanto a bancada do PSD interveio e, sendo assim, ia dispensar os primeiros minutos para dar resposta, então, a esta bancada. Aqui o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** chamou esta Assembleia de "show off" e que custa três mil euros esta noite que estão todos aqui. Disse querer que ficasse registado: a chamar "show off", chamava "show off" a tudo, tanto aos membros como aos munícipes que aqui se deslocaram. E, como se pode ver, a sala não está tão vazia e que há interesse em saber o que se passa, a saber o que aqui se vai discutir e se vai falar, o que se vai abordar e que fica aqui já registado que não concordavam com essa maneira de apelidar esta Assembleia como "show off". Quando se fala que custo é um custo de três mil euros para este município, pronto, três mil euros, ninguém mais do que ela e a bancada do PS não quereriam que houvesse este custo de maneira nenhuma, mas disse poder dizer-lhe que ficava muito mais chocada quando começa a pesquisar e a estudar o que se passa neste

concelho e deteta, por exemplo, situações como concessão de elaboração de um estudo de projeto respeitante ao Plano de Urbanização da Frente Ribeirinha, que não sabe se muitos sabem, mas que saiu em inúmeros jornais, inclusive está no site da SGU que tem mais a ver com uma frente ribeirinha que mais parecia o Dubai do que Vila Real de Santo António. Este estudo teve um custo de cento e noventa e cinco mil euros mais IVA e por uma adjudicação direta, que se perguntava como era possível fazer adjudicações diretas desta ordem de valores, pois gostava de aprender, como trabalha com contratos públicos, está sempre disposta a aprender. Quanto a situações como "nunca renegámos a situação que vivemos", o que mais ouviu durante a campanha e até uns poucos meses atrás, nomeadamente até que foi tornado público o relatório do FAM, foi que aqui não havia dívidas, havia era investimento, investimento, investimento... portanto, só depois do relatório do FAM ser tornado público é que houve um certo discurso de mudança "e temos cá o FAM, e estamos mal e também nunca negámos que estamos mal". E quanto ao saneamento básico também já se fala mais para a frente e pensa que, se houver mais uma intervenção, já fala para não tornar muito extensa aqui a sua intervenção e disse que ia centrar-se naquilo que tinha preparado. Tinha preparado e para abordar a situação pensa que o que é importante e o que as pessoas querem saber e os munícipes que aqui estão poderem tirar as suas ideias é saber o ponto de situação em que estamos e aqui, fazendo uma intervenção daquilo que é público, que é oficial, pode dizer que nós somos catalogados como um município em situação de rotura financeira. É o que dizem todos os relatórios que se tornaram públicos nos últimos meses: é o relatório de execução orçamental, o anuário dos municípios portugueses, e o último relatório do FAM que data de finais de dois mil e dezassete e, até à presente data, já estamos em finais de dois mil e dezoito e ainda não sabemos nada. Sabemos que tem de haver relatórios trimestrais, sabemos que o FAM está a acompanhar mais de perto e mais em cima toda a situação da Câmara, mas a bancada do PS, e pensa que todas as bancadas, incluída a do PSD, não têm acesso a qualquer tipo de informação. Basicamente estamos hoje aqui decorridos treze anos e foram treze anos de gestão autárquica que simplesmente culminou numa dívida e uma dívida que, se lhe perguntarem na rua qual é a dívida da Câmara, não sabe responder, se cada vez há mais números, se cada vez há um número, há outro, uma coisa sabe: a dívida está sempre a crescer e isso também é importante que, hoje, isso seja aqui hoje definido qual é efetivamente a dívida da Câmara e qual é o caminho, se é para aumentar, se é para diminuir ou se está simplesmente estabilizada. Sabe-se, por exemplo, que foram feitas concessões de bens básicos, como a água, sabe-se que foram

feitos contratos de prestações de serviços, como a recolha de resíduos e a limpeza, sabe-se que existem inúmeros processos em tribunal que a tendência, conforme esses processos estão a ser resolvidos, ainda aumentam mais o valor da dívida. Mais preocupante nisto tudo é que sentem uma certa incapacidade do Executivo face a esta realidade, quando ele próprio está a entrar aqui num sistema de chamar investimento ao que, até os próprios relatórios, chamam como dívida, parece que há aqui uma certa dificuldade em querer assumir a realidade da situação e isto é que é realmente preocupante e pode-se ver todos aqui, quando estamos aqui todos sentados a querer discutir e aqui a dar informação, parece que há aqui uma agressão à bancada do PS por ter promovido esta reunião e este diálogo. E não foi para isto que se veio aqui. Houve uma pausa por parte do membro **Sónia Isabel Pereira Vasques**, devido ao ruído produzido pela bancada do PSD, tendo a mesma solicitado ao Sr. **Presidente da Assembleia Municipal José Carlos Barros**, que colocasse ordem na sala. O Sr. Presidente da Assembleia José Carlos Barros, perante os factos, efetuou uma pausa na sala até ser resposta a normalidade. A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** continuou dizendo que, perante isto tudo, chegava de omissão e de jogar esta campanha e de jogar números falaciosos para a praça pública porque números era efetivamente o mais fácil de desmontar. Hoje em dia, há muitas coisas que são públicas, os relatórios são públicos, a Câmara, mal ou bem, não publica no portal, logo a tempo e horas, acaba por as coisas serem publicadas com um certo desfasamento, daí não têm muito a noção da atualidade da situação, mas conseguiram chegar lá, e tanto conseguiram chegar lá que, analisando os números, na própria nota de esclarecimentos que a autarquia lançou e que foi uma nota de esclarecimentos que houve da autarquia, perante o relatório tornado público, sobre a execução orçamental, foi em meados de abril, se não está em erro, a própria Presidente, e este Executivo, fala que, mais uma vez "investimento": sessenta e cinco milhões em novas redes de águas, esgotos e águas pluviais; dezassete milhões na educação; vinte milhões na área da saúde. Somam-se a estes valores mais cem milhões em infraestruturas como escolas, piscinas, a casa mortuária, requalificação da EN 125 e o próprio edifício da Câmara – foram os números que foram apontados. Mas a questão que se coloca aqui é como é que se contrata estes investimentos, pois o somatório destes valores ascende a duzentos milhões de euros, tudo isto que foi aqui explanado e que foi tornado público, mas o PS fez um simples exercício de apurar os valores que estão lançados no portal dos contratos públicos, que é público e que é obrigatório, detetou que o município tem um total de contratos públicos que ascende, ou anda aproximadamente, nos quarenta milhões e a

SGU em cinquenta e cinco milhões. Repare-se que a própria SGU tem um volume de contratação pública mais elevado que a Câmara, quando a SGU, mal ou bem, é um braço da Câmara, ou seja, a Câmara é detentora da SGU e a SGU consegue ter um volume de contratação muito superior à Câmara. Seria interessante também abordar toda esta situação, mas, perante estes dois valores, temos uma soma unitária aqui de aproximadamente noventa e cinco milhões. Para os duzentos milhões que a Presidente declara que foram investidos, há cem milhões que não estão aqui contratualizados em lado nenhum. Aqui também se falou muito do saneamento e fez-se referência às chuvas, ou seja, falou do investimento, das chuvas e que foi um investimento, como já se declarou que foi um investimento de sessenta e cinco milhões, mas mais uma vez, já nesta Assembleia Municipal se falou sobre isso, todo o volume de contratos associados está na ordem dos dezasseis: faltam aqui quarenta e seis milhões e tanto nessa altura a Sra. Presidente disse que não e o PS solicitou, então, a disponibilização dos contratos para apurar aquilo que se passa e, até à data, também não lhes foram entregues, mas este trabalho está feito e muito esquematizado e podem, até, torná-lo público. E isto tudo para falar que com os números é muito fácil desmontar e jogar números cá para fora. Quanto ao FAM, o que é o FAM? Só para nota final, deixou aqui umas notas que pensa que é importante abordar sobre o estado em que a Câmara estava em dois mil e dezassete e o estado em que a Câmara está à presente data. Pode dizer que, no final de dezembro de dois mil e dezassete, esta Câmara tinha um prazo de pagamentos de trezentos e noventa e dois dias, neste momento está com prazos de pagamento de quatrocentos e quarenta e sete dias, ou seja, em nove meses, conseguiu aumentar dois meses o prazo de pagamento. Fim do terceiro trimestre de dois mil e dezoito, só há dois municípios com um prazo de pagamento alargado. Um é o nosso. Pode dizer que este município é o que menos amortizou o empréstimo do PAEL, sendo o terceiro, a nível nacional, que mais deve. Este município é o sexto município com a maior dívida nacional, sendo o primeiro de pequenas dimensões, este município é o terceiro município com maior índice de dívida: três vírgula oitenta e três, quando o limite é um e meio, e, para quem tem dúvidas sobre a viabilidade da SGU, é simplesmente a entidade com piores resultados financeiros, a nível nacional. Tinha muito mais para dizer, mas noutra situação.----------

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Membros da Assembleia Municipal e o Digníssimo Público assistente e disse que o exercício que aqui trazia a CDU tenta ser mais uma análise política sobre causas, consequências e perspetivas

da situação atual. Continuou dizendo que a oportunidade da convocação da presente reunião desta Assembleia Municipal resulta do facto de o PSD ter recusado a realização de uma Auditoria de Gestão sobre as contas do município de Vila Real de Santo António. Obriga pois, esta recusa, a este exercício de análise por parte dos membros da Assembleia Municipal, com as limitações inerentes à exiguidade da informação disponível, quer por força de sonegação do executivo municipal, quer por força de imperativos legais quanto às relações entre o executivo e esta Assembleia Municipal. Podia-se ter ganho tempo no apuramento da verdade indispensável para o conhecimento dos cidadãos e essencial para o apuramento das causas que levaram à contração de uma dívida desmesurada em relação à dimensão do município, muito acima dos cem milhões de euros em conjunto com a empresa municipal SGU. A certa altura, o concelho, apenas com cerca de vinte mil habitantes e atingindo a densidade populacional de uma cidade média durante apenas dois meses, assumiu da gestão do PSD compromissos iguais a nalguns casos superiores aos de grandes concelhos. Tal como na fábula de Ícaro que quis voar até ao sol com asas sustentadas a cera, o PSD também se estatelou e arrasta-se agora pelo solo, a pedir o auxílio daqueles a quem, com a soberba do seu orgulho, negou a participação, a informação e a justeza das críticas às suas medidas. A CDU não acredita que essas medidas tomadas paulatinamente, uma a uma, com determinação implacável, apoios e auxílio do capitalismo financeiro, dos grandes escritórios de advogados e outras personagens cuja sombra assomou no primordial dia de posse do seu original executivo, se deveram a medidas de má gestão. Não foi má gestão, foi uma gestão pensada e executada com frio rigor, para passar para mãos privadas a posse ou a gestão dos bens públicos do município, deixando as despesas para o povo e os lucros para o capital. E dizemos todo o PSD sem exceção, porque nestes treze anos de aprovação de medidas gravosas para a população às quais a CDU sempre se opôs com a convicção que o resultado final seria muito próximo daquele que hoje atingimos, quer no executivo da Câmara Municipal, quer nesta Assembleia Municipal, os dedos de uma mão sobram para contar as vezes que algum dos seus eleitos a elas se lhes opôs, na convicção, talvez, que avançavam para o topo dos concelhos do país, mesmo quando se lhes afirmava que o caminho estava errado e esta estrada levava o futuro do concelho para um abismo de enormes dimensões. Contando com o recurso de treze anos de receitas municipais, de fundos financeiros da União Europeia, de volumosos empréstimos e da mais valia do trabalho desenvolvido ao longo dos anos por centenas de precários, que apenas recebiam subsídio de refeição e algumas horas extraordinárias, o PSD deixou chegar o concelho a este

ponto de difícil retorno, seja para quem for que lhe suceda. A CDU está neste debate de cabeça erguida, pois deixou sempre a casa arrumada, mesmo quando a recebeu em difíceis condições de endireitar, e uma obra pública à dimensão das possibilidades do concelho, nos dez anos que governou Vila Real de Santo António, em três mandatos. Mas não está aqui, nesta Assembleia Municipal, para se vangloriar do fracasso dos outros, quando sabe que as consequências se vão abater sobre as gerações futuras por mais de vinte a trinta anos e quando a dívida e o serviço da dívida atingem montantes que impedem o investimento, para o progresso e o desenvolvimento. Ainda mais num momento em que o PS e o PSD decidiram atirar para cima das autarquias enormes responsabilidades com a transferência cega de competências uma vez que a prática da Administração Central de descentralização financeira tem sido sempre, após o primeiro ano da transferência, sonegar, a pouco e pouco, os apoios financeiros aos municípios. Chegámos portanto a uma encruzilhada, a um nó górdio da gestão. O PSD, após o primeiro ano de um novo mandato e uma nova presidência, não dá nota de abrandar a marcha, nem o sentido da sua política. As responsabilidades políticas pelo acontecido estão à vista e muito claras. O declínio do concelho agrava-se se continuar a gestão atual, pelo que é justo e necessário que a população comece a olhar para a alternativa que pode inverter o caminho seguido até aqui e a devolução do município à causa pública. A CDU afirma-se sempre como essa alternativa, graças à sua experiência local e nacional, de reconhecidos e bons frutos. Está disponível para o debate com todos os democratas que entendam que é com uma gestão devotadas aos interesses populares, sem empresas sombra como a SGU, uma gestão rigorosa do património, a contar com os trabalhadores do município, investindo mais nas empresas locais, apoiando o associativismo popular e apostando no esforço coletivo da população e no investimento sério na construção civil, no comércio local, no apoio ao turismo e no aproveitamento da atividade agrícola e industrial e na economia do mar que podemos ir buscar recursos que nos livrem mais cedo do Fundo de Apoio Municipal – FAM, e do PAEL que apenas garante a sustentabilidade da dívida. Estamos prontos para o debate.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que se tinha concluído, assim, esta ronda de intervenções e perguntou à Sra. Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder, se pretendia usar do seu direito de resposta.----------

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** saudou todos presentes e disse ao Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que, uma vez que ia haver outra ronda, responderia, no fim, a todas

as questões que lhe fossem colocadas e a algumas afirmações que já tinham sido feitas, e, assim, no final tomaria a palavra para fazer as suas considerações.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que não estava ainda decidido se ia haver uma segunda ronda, mas que presumia que sim, e perguntou às bancadas se alguém queria intervir, e qual era o entendimento, e se haveria uma segunda ronda. Continuou dizendo que não seria necessário recorrer a uma votação, porque, se assim fosse requerido, entendendo-se que a discussão não estava concluída, nos termos do Regimento, haveria a possibilidade de efetuar uma segunda ronda. Nesse entendimento, deu início à segunda ronda prevista nos termos regimentais. Quis, entretanto, clarificar, porque lhe parecia que estava a haver alguma dificuldade de entendimento, e esclareceu que inicialmente tinha havido uma primeira intervenção de dez minutos por parte do PS para apresentar o seu requerimento. Para além disso, iniciou-se depois uma primeira ronda e o PS falou duas vezes, não porque o PS estivesse a utilizar mais tempo na ronda, mas porque a primeira não contava porque era para apresentação do requerimento. Agora, ia-se proceder a uma segunda ronda e haveria dez minutos para cada bancada parlamentar. De seguida, passou a palavra à bancada do PSD.----------

O Sr. Deputado Municipal **Miguel Moreira da Costa** saudou os presentes e disse que, na última Assembleia Municipal Ordinária, realizada a 28 de setembro passado, a CDU tinha manifestado a sua intenção, ou desejo - pelo facto de não ter número suficiente de deputados municipais para a convocar – de se realizar uma sessão de Assembleia Municipal Extraordinária para debater o processo de Transferência de Competências para as Câmaras Municipais. Recordou que nessa ocasião, o Presidente da Assembleia Municipal manifestou a disponibilidade para acolher essa ideia, ou sugestão, dizendo que, de facto, era um tema importantíssimo porque se estava num tempo em que era possível optar por aceitar ou não essa transferência de competências e até, se não se respondesse agora, essa problemática teria certamente de ser encarada no futuro. Continuou dizendo que, adiantada esta ideia, veio à pressa o Partido Socialista anunciar que também queria convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária para debater a situação financeira do município. Convidou a ponderar a oportunidade e a avaliar o valor das propostas das bancadas da CDU e do PS. Disse que, em seu entender, não havia dúvida de que a proposta da bancada da CDU era candente, oportuna e era positiva, e que se abria para o futuro. Por seu lado, a proposta do PS era pura e simplesmente oportunista, insistente na temática com que sempre andava obcecado – como se a política se reduzisse a finanças ou contabilidade – numa atitude

acusadora, crítica, com uma superioridade moral subjacente e, visava pura e simplesmente assegurar a liderança de uma oposição – que pensava ter - queria marcar a agenda, como se fosse um guardião da justiça e da verdade do concelho, quando apenas se revestia de inquisidor-mor de finanças. Perguntou o que, afinal, pretendia o PS e se era assegurar a liderança da oposição. Disse que já lhe conheciam a estratégia. Mas que estavam à espera das propostas positivas, voltadas para o futuro da bancada do PS. Disse que, ao ouvir os intervenientes da bancada do PS, havia uma coisa surpreendente, mas que manifestou o porquê de tanta gente, na política, detestar os tecnocratas porque para eles a política é uma questão técnica. Por isso, falta-lhes a visão englobante da política, que é abrangente. E, logo, a sua perspetiva é muito limitada. É curta. Olham para um quadro que tenha apenas um ponto negro e o resto tudo em belíssimas cores e o que veem é o ponto negro do quadro. É lógico. A sua visão é limitada. Disse que nunca ouvira ao bancada do PS falar das pessoas do concelho, que se ouvia falar de números, que nunca aparecia a contabilidade social, que apareciam outras contabilidades, num município onde a Ação Social merece elogios rasgados de todas as vertentes e inclusive de gente ligada ao PS. Disse que não aparecia, curiosamente, em toda esta leitura, uma coisa muito importante para debater a situação económica do município. E perguntou se se tinha ouvido o PS falar de receitas. E perguntou quem poderia entender as finanças do município sem se referir às receitas. Disse que não se podia entender a situação financeira do município sem ter em linha de conta a evolução da receita que, como se explicou, e aqui tantas vezes se tinha repetido, tinha entrado em quebra profunda particularmente a partir de 2010. Disse que a bancada do PS tinha apresentado o "deve", mas que agora era necessário apresentar o "haver", aquilo em que o município de Vila Real de Santo António foi mais enriquecido porque era necessário recuar até dois mil e cinco para se recordar da pasmaceira do concelho. Disse que aqui, no Sotavento, e se tinha de ter cada vez mais consciência disso, se estava numa das periferias mais ignoradas do país e que se estava dependente, inclusive em luta, em oposição com o Barlavento e afirmar Vila Real de Santo António, dar-lhe um dinamismo e, de facto, aumentar o valor da "marca Vila Real de Santo António" tinha sido alguma coisa que, de facto, tinha sido enriquecedor. Disse que, para o PS, tudo isso passa ao lado. Continuou dizendo que pedir uma auditoria financeira, nesta altura, quando o atual executivo não tem sequer um ano de execução fiscal, não se vai pôr em causa a execução da gestão orçamental do atual executivo e, então, perguntou o que se queria. E perguntou se o PS queria pôr em causa a gestão orçamental de Luís Gomes e do seu executivo e se, porventura, queria lançar

algum balde de porcaria em cima da gestão desse tempo. Perguntou da oportunidade desta auditoria e disse perguntar, olhos nos olhos, quando vários elementos da bancada do PS tinha estado presentes nos últimos quatro anos, por que não pediram a mesma auditoria. Perguntou se foi por ser tardio o raciocínio do PS, ou se foi, porventura, porque houve algum prurido, receio ou medo, ou alguma coisa de cobardia. Perguntou se tinha sido por isso. Perguntou por que é que uma auditoria de doze anos, no primeiro ano depois de Luís Gomes e do seu executivo. Disse não o espantar a atitude do PS. A atitude do PS, se se recordava, é uma continuidade da campanha eleitoral. A atitude do PS na campanha eleitoral teve apenas uma coisa: e a dívida, e a dívida e a dívida. E aqui se está, como se fosse um tema maníaco-obsessivo, aí vinha o mesmo tema: e a dívida, e a dívida e a dívida. Disse que quando ouviu a bancada do PS a apresentar as suas contas e a evolução da situação financeira do município, o PS devia fazer o exercício que mentalmente foi fazendo: o que o PS foi dizendo do concelho, de dois mil e cinco até dois mil e dez ou dois mil e onze, foi o mesmo que se passou no país, o mesmo. No país, governava o PS, aqui governava o PSD. A mesma coisa, o mesmo percurso. E aquilo que o PS diz, o PSD pode dizer do país. E agora, o que o PSD nota é que o país está naquela situação em que se descrevia que não se podia fazer no concelho. E perguntou onde estavam os investimentos na segurança do país, na GNR ou na PSP, onde estavam as estradas restauradas ou construídas, pontes feitas, túneis, neste governo do PS onde estava alguma coisa de positivo no país: nos tribunais, os juízes fazem greve, os oficiais de justiça fazem greve, os professores fazem greve e olha-se o país de norte a sul e pergunta-se onde é que estão nos investimentos, se é na saúde, onde toda a gente diz que não, na transparência ou na informação, com todas as cativações, afinal o que se vê no concelho é aquilo que o PS, afinal, diz a nível nacional. Disse haver outra situação e que terminava com isso: o PS nunca assumiu as suas dívidas, nem nesta câmara. Aqui, nesta Assembleia, um único deputado assumiu a dívida, esse, sim, e agora já não estava nas bancadas do PS. Disse que a Sra. Presidente da Câmara atual disse aqui claramente, mas o PS isso nunca ouve: "temos uma dívida, assumimo-la, vamos procurar resolvê-la". Isso foi dito. E a Sra. Presidente da Câmara repetiu e disse: "eu sou pela verdade, digo a verdade, mesmo que me critiquem por isso". Mas o PS não acredita. E o famoso relatório do FAM, o último publicado foi aquele de que o PS tem conhecimento. E isto foi dito aqui. Só que, por mais verdade que se diga, aquele lado parece encontrar que há debaixo da manga sempre alguma coisa escondida. Não há. Ninguém consegue convencer da verdade, por mais verdade que seja, a quem não quer ser convencido. E, por isso, pediu ao PS que pusesse a mão na consciência:

não deixou a Câmara limpa para a CDU, não deixou a Câmara limpa para o PSD e a gestão do PS acabou por ser para Vila Real de Santo António o que deixou o concelho num marasmo. E disse ao PS que o povo de Vila Real de Santo António não tinha acreditado nele, o PS continuava em campanha eleitoral, as eleições foram o ano passado e o PS perdeu. A maioria dos eleitores de Vila Real de Santo António não confiou no PS. O PS perdeu as eleições. E disse que o PS podia aproveitar agora para fazer propostas positivas para o futuro do concelho e que o PSD agradeceria muito.----------

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que intervinha para fazer duas perguntas que não tinha tido possibilidade de fazer na sua intervenção. As perguntas são: qual é o caminho que, neste momento, está a ser tratado pelo executivo, ou seja, que medidas estão a ser tomadas para inverter a situação de desequilíbrio e rotura em que o município se encontra e, neste momento, qual é a posição do FAM, ou seja, o ponto de situação com o FAM, porque é o FAM que está a tutelar tudo o que se passa na Câmara, há uma tranche que foi cortada e não foi disponibilizada, já foi disponibilizada a última tranche, não foi, em que ponto de situação é que se está. Quanto ao discurso do PSD, foi um discurso de total ataque ao PS e todos ouviram, foi um discurso, mais uma vez, de ataque ao PS e não foi para isso que aqui marcaram esta reunião, portanto, só pedia, que respeitassem, que respeitassem as pessoas e o motivo que os tinha trazido ali.----------

O Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que estava a tentar acalmar, fruto da ênfase colocado pelo Sr. Deputado Municipal **Miguel Moreira da Costa** que parecia que estava a tratar com a bancada do PS como se fossem meninos da escola e pediu que, por favor, não fosse por ali. Depois, saudou os presentes e disse que, em outubro de dois mil e cinco, na sequência de ato eleitoral legítimo, o PSD ascendeu ao poder no município de Vila Real de Santo António e, no imediato, os líderes autárquicos recém-eleitos, nomeadamente o seu responsável máximo, o Eng. Luís Gomes, Presidente do Executivo municipal, jovem vila-realense que se apresenta aos olhos de quem o apoiou como sendo um muito prometedor e carismático, promovem e iniciam uma liderança sustentada na realização de grandes eventos, com repercussão mediática e de instantânea adesão popular, na implementação de políticas populistas de grande impacto social e ainda maior retorno político como estratégia para garantir futuras reeleições na propaganda e na mistificação da realidade. Nesse tempo, começou aquela que, no seu início, parecia uma gloriosa e alegre marcha rumo ao desenvolvimento através do esbanjamento de recursos financeiros captados no mercado, criando um dívida cada vez mais expressiva e de ilusórias

promessas de grandes investimentos. No entanto, com o passar do tempo, para a grande maioria da população do concelho de Vila Real de Santo António, não os beneficiários diretos de relações privilegiadas com o poder, mas aqueles que forçosamente estão já a arcar com as consequências, a promissora caminhada de treze longos anos revelou ter um final doloroso e castigador. Revisitar as reportagens publicadas no Jornal do Algarve, jornal da terra alcandorado em frutuoso veículo de difusão de um conjunto de maravilhosas iniciativas capazes de transformar o paradigma da atividade económica da nossa terra, carente de investimento e de empregos, revela-se um interessante exercício. Da leitura dessas peças jornalísticas, percebe-se a dimensão, a estatura, a excecional capacidade intelectual de quem as idealiza. Vila Real de Santo António finalmente havia encontrado naquele jovem promissor, escudado por uma equipa de grande valor e competência, político, um estadista à dimensão do seu fundador, duzentos e trinta e um anos depois. Os anúncios dessas fantásticas futuras realizações incrementavam-se nas proximidades de atos eleitorais com um renovar de promessas que garantidamente transformariam por completo o nosso município e o elevariam a um alto patamar de desenvolvimento. Prometiam-se investimentos avultadíssimos, centenas de milhões de euros e a cidade e a sua frente ribeirinha, pela sua fabulosa qualidade urbanística e arquitetónica, ombrearia com destinos bafejados pelo poder do odor dos petrodólares. Pelo vídeo divulgado na época, a margem direita do Guadiana estaria ao nível do Dubai ou de qualquer outro rico emirato do Golfo. Nesses tempos áureos, pagaram-se principescamente projetos a arquitetos para apresentarem à população uma realidade que, afinal, mais tarde, se revelou uma realidade virtual, uma miragem, um pesadelo com pesadíssimos custos para todos. A título de exemplo do que atrás se disse, convidou a olhar para alguns dos titulares e conteúdos do Jornal do Algarve e, de forma muito reduzida, a enquadrar-se naquilo que se publicou até dois mil e dez. Antes das eleições de outubro de dois mil e cinco, em setembro, o candidato Luís Gomes dizia ao Jornal do Algarve que o nosso concelho tinha crescido mal, que tinha perdido notoriedade, que tinha perdido qualidade de vida, que tinha mais lixo nas ruas, que tinha mais estradas esburacadas, que tinha uma economia muito frágil. Dias depois, em outubro de dois mil e cinco, já no rescaldo das eleições, no discurso da sua vitória, o já presidente avisava que Vila Real precisava de obra, precisava de um Presidente de Câmara que se preocupasse com os problemas dos mais necessitados e que desse mais qualidade de vida para que as pessoas se sentissem bem, mas, acima de tudo, precisava de um Presidente de Câmara que transformasse este concelho numa referência do Algarve como já tinha sido

antigamente. Em vinte e quatro do onze de dois mil e cinco, em entrevista ao Jornal do Algarve, o autarca fez o balanço do primeiro mês do seu mandato e anunciou a criação de uma rede de transportes com serviço de miniautocarros e prometeu a maior festa de fim de ano de sempre, para além de baixar o imposto sobre imóveis. A nove do dois de dois mil e seis, foi anunciado que José Castelo Branco seria o rei do Carnaval de Vila Real e Monte Gordo. A dezasseis do dois de dois mil e seis, anuncia-se a aprovação do orçamento e do plano e que a autarquia ia gastar trinta e dois vírgula sete milhões de euros em dois mil e seis. A vinte e quatro do sete de dois mil e seis, é anunciado no Jornal do Algarve a assinatura de um protocolo que envolve a autarquia a Lispólis e a Associação Industrial Portuguesa para a implementação de um projeto para um parque empresarial, um investimento estratégico com dez hectares, na zona norte da cidade, que visava a construção de cinquenta e oito pavilhões que totalizariam setenta e cinco mil metros quadrados de construção e a criação de quinhentos postos de trabalho. A dez do oito de dois mil e seis, anuncia-se a apresentação ao ministro do ambiente dos projetos para a requalificação do litoral do concelho, no valor de dezoito milhões de euros, sendo a maior fatia, no valor de quinze milhões, para o Plano de Ordenamento da Frente Marítima de Monte Gordo, com conclusão prevista para junho de dois mil e nove, afirmando-se que iria dar uma nova cara à zona marginal de um dos mais importantes destinos turísticos da região algarvia. A dezoito do um de dois mil e sete, é anunciado que o parque tecnológico ia avançar em Vila Real. O edil garantiu que a obra a erguer na zona norte da cidade começaria antes do fim do ano. Em março de dois mil e sete, ainda e sempre no Jornal do Algarve, o responsável autárquico informava que Vila Real tinha entrado numa dinâmica de mudança. E a dez de maio de dois mil e sete, comunicou que o pavilhão multiusos estaria concluído em dois mil e oito. A trinta de agosto de dois mil e sete, na primeira página do Jornal do Algarve, informava-se que no dia seguinte seria assinado um contrato em que a Câmara de Vila Real iria gerir a sua frente ribeirinha e, nas páginas interiores, escrevia-se que as obras na zona ribeirinha avançariam no ano seguinte. Nos subtítulos, referia-se um hotel e áreas de lazer no antigo porto comercial, assim como um espaço cultural no antigo apeadeiro. Neste ponto, foi interrompido pelo Sr. Presidente da Assembleia que o convidou a concluir, porque já consumira nove minutos e cinquenta segundos do seu tempo, e a quem respondeu que ia tentar, mas que as promessas eram muitas e disse que ia avançar. Disse que ainda tinha tempo para dizer que, a quatro de dezembro de dois mil e oito, era anunciada a inauguração da maior árvore de Natal do Algarve, com trinta metros de altura, e, como se não bastasse, a

proclamação de que a cidade pombalina ia ter a maior unidade de Cuidados Continuados da região, com duzentas camas para internamentos de longa duração e que criaria noventa postos de trabalho diretos. Pela breve amostra do que foi anunciado, publicado e atrás transcrito, disse poder-se dizer que qualquer semelhança com a realidade era pura coincidência. E, para terminar, na ressaca desta autêntica festa, no final de todas estas promessas que supostamente induziriam um futuro risonho e brilhante para Vila Real de Santo António, lamentavelmente, consumida a totalidade dos orçamentos correspondentes a treze anos de gestão do PSD, para além de não haver obra que justifique o facto, entre a Câmara Municipal e a SGU, somando os números negativos de ambas, sobrou uma dívida imensa que todos temos de pagar. A população está asfixiada com taxas e impostos tabelados pelo máximo, sofre a degradação de serviços, e enfrenta a trágica eliminação de outros. Mais uma vez interrompido pelo Sr. Presidente da Assembleia que o convidou a concluir, disse que ia acelerar e ia concluir com uma pergunta à Sra. Presidente: "A bancada do PS desta Assembleia de Vila Real de Santo António gostaria de finalmente conseguir escutar o que a Presidente da Câmara Municipal, anterior vice-presidente e vereadora ao longo dos três últimos mandatos, tem a dizer acerca da atual situação financeira do município, tal como já foi solicitado, da mesma forma que gostaria que a Presidente da Câmara Municipal quebrasse um insustentável silêncio e que desse as explicações a que a população tem todo o direito, quanto tempo vai estar o FAM no município de Vila Real de Santo António e quais as consequências para a população.----------

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse querer acrescentar três coisinhas mais porque já se tinha dito muito. Mas, antes, quis pontificar uma coisa, chamar a atenção do membro da Assembleia, o Sr. Deputado Municipal **Miguel Moreira da Costa**, para que, quando quisesse criticar o PS, não deveria pôr os pés nas costas da CDU porque escorregava. Como segunda coisa, disse que, em termos de receitas, a preocupação maior que se tem neste momento, e que deveria ser uma preocupação presente por parte do PSD, que estava a governar, e também da população, é que a receita não chegava, não iria chegar para pagar a dívida e o serviço da dívida, e isto tem vindo a acontecer e portanto o caminho que tem que ser encontrado, tem que ser encontrado o caminho de gerar mais receitas, mas, para se gerarem mais receitas, não se pode vender aquilo que está a dar receita porque se não entra-se num caminho em que entrou o país quando vendeu a maior parte das empresas que estavam a dar lucro. Nem se pode sequer carregar mais sobre a população que está carregada com outros impostos que vêm a nível nacional. Portanto era uma

equação difícil de resolver, a CDU, na sua intervenção principal tinha dito que isto só se faz com o desenvolvimento da atividade económica e que não se tivesse dúvidas: ou Vila Real de Santo António encontrava formas de desenvolver a sua atividade económica, diversificá-la, e encontrar formas de fazer crescer a receita à conta do desenvolvimento, ou a sua dívida será, mais dia, menos dia, declarada por insustentável e naturalmente virá depois a ameaça que fez o FAM. À CDU, o FAM não inspira nenhuma simpatia e o FAM veio para cá porque a Câmara, precisamente por causa desta questão das receitas, não conseguiu pagar ou cumprir as condições que lhe tinham sido impostas quando fez os empréstimos do PAEL, do empréstimo de vinte e cinco milhões de euros para pagar à banca e aos fornecedores, os vinte e cinco e trinta e três milhões de euros que tinha pedido emprestados não cumpriu e, por isso, o FAM acabou por vir aqui. O FAM não é culpado de nada, o FAM foi chamado porque o executivo não teve condições de cumprir aquilo que se tinha comprometido para com a banca e para com os financiadores do PAEL, o FAM, na sua opinião, é um organismo que é um instrumento de gestão financeira de dívida e apenas procura que as câmaras municipais tenham sustentabilidade, não é que paguem a dívida, o FAM nem sequer está interessado muito em que a Câmara pague a dívida, está interessado em que as câmaras municipais mantenham a dívida dentro do nível de sustentabilidade necessária para chegar ao fim de cada tranche dos empréstimos que tem, pagar a dívida e os juros da dívida. Portanto o FAM é um instrumento de gestão financeira. Disse que a CDU não admitiria politicamente que o FAM fizesse chantagem sobre o concelho de Vila Real de Santo António ou seja sobre o que for. O FAM naturalmente que, se verificar que não há condições de cumprimento das medidas, vai propor as medidas que estão contempladas na lei em relação à falta desse cumprimento, mas os vila-realenses têm que ter a noção que o FAM é um instrumento de política financeira de quem gere as dívidas. Portanto a forma que Vila Real de Santo António tem de se livrar da dívida e de resolver os seus problemas, a única é crescer economicamente o concelho e, para isso, é que depois se vai continuar nesta Assembleia a questionar-se mutuamente sobre as alternativas políticas e será sempre assim, desde o vinte e cinco de abril que há Assembleias que as coisas têm sido assim e sempre tem sido assim e continuará a ser assim. E declarou terminar dizendo que o caminho que está ser seguido já se viu que não pode continuar porque, se continuar, depois há mais um incumprimento, mais tanto para pagar a dívida que já se pagou e mais tantos anos para se pagar a dívida. Já se está endividado em mais de vinte anos e é preciso ter calma com essas coisas para elas poderem ser resolvidas. Da sua parte, a CDU está, como já dissera na

intervenção inicial, disponível para encontrar soluções que tenham a sua participação, agora não podiam ser soluções como as que têm sido até à data: é vinte e quatro horas antes de tomar uma medida, a Câmara Municipal apresentar ao vereador da CDU o que vai fazer, mesmo que tenham passado seis meses a estudar o problema e a CDU tem de decidir em vinte quatro horas e pergunta o que se faz.----------

O Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** disse que queria perguntar à Sra. Presidente, uma vez que nesta reunião só se fala em dívida, em dívida e dívida, e está a parecer-lhe que, com a dívida que a Câmara tem, e voltou a tocar no mesmo assunto, perguntou à Sra. Presidente se os jardins em Monte Gordo nunca mais se acabariam, e que era uma vergonha aquilo que estava ali, numa terra como Monte Gordo, estar aquele espetáculo ali. Disse ao Sr. Deputado Municipal **Miguel Moreira da Costa** que o concelho antigamente não era uma pasmaceira. Disse ser do tempo, e tem cinquenta anos, e lembra-se de ver touradas, corridas de barco, rally de Portugal, início e fim, volta Portugal, início e fim, carnavais. Naquele tempo não havia as tendas que há hoje e as tecnologias com os DJ's. Acha que Vila Real nunca foi uma pasmaceira como o Sr. Deputado tinha dito. Agora é que há dinheiro a mais.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que estavam concluídas as intervenções das bancadas e perguntou à Sra. Presidente da Câmara se pretendia intervir.----------

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que, em primeiro lugar, queria esclarecer o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** que, no dia dois, em que enviou o requerimento, foi tolerância de ponto , portanto, a Câmara Municipal esteve fechada e, ao contrário do que ele tinha dito, foi enviado o email de resposta, até pelo Dr. Joel. Como segundo ponto, antes de iniciar as palavras que já tinha preparadas, e muitas questões já foram e afirmações já foram feitas, quis dizer que a taxa turística foi aprovada por quinze municípios, por todos os municípios da AMAL, exceto a CDU, Socialistas e PSD'S aprovaram a taxa turística. Quanto ao FAM, voltou a dizer que era um órgão responsável governamental e que já esteve em várias câmaras e continua a estar, aqui no Algarve, com Portimão. Portimão também teve uma dívida, A Presidente Isilda continua já na segunda fase e, portanto, já dispensou algumas tranches do FAM, começou com uma dívida resultado provavelmente do investimento, de que ia falar a seguir, começou com uma dívida também grande e com muito esforço e com o esforço de todos os munícipes e de todos os portimonenses conseguiu chegar e é esta a esperança que pessoalmente tem. Antes de falar, disse, relativamente aos comentários dos deputados do PS, que quem devia estar aqui a responder

era o antigo Presidente, Eng. Luís Gomes, mas, com todo o gosto e como fez partes dos seus executivos, enquanto em dois mandatos vereadora e, no terceiro mandato, como vice-presidente, tinha todo o gosto em responder e, agora, como Presidente com este novo Executivo. Assim, podia dizer que a situação do município é difícil, mas como em tudo na vida, e como estão aqui muitos que a conhecem, e o interessante é que aqui se conhecem uns aos outros, como em tudo na vida, há uma explicação lógica para este facto e para o explicar tem de se recuar a alguns anos atrás. Realmente, quando entrou na Câmara, em dois mil e cinco, como vereadora, havia um concelho, e é bom que as pessoas se lembrem disto, que atirava os esgotos para o rio Guadiana e para o oceano Atlântico. Repetiu e concretizou: os esgotos gerados em Monte Gordo e Vila Real eram despejados no rio Guadiana e os esgotos gerados no interior do concelho, se bem se lembra, para a praia da Manta Rota e de Monte Gordo. E, na altura em que havia marés vivas, içava-se a bandeira vermelha e a praia ficava interdita a banhos. Lembra-se perfeitamente disto porque sempre disse que, antes de ser vereadora e vice-presidente ou presidente, sempre foi munícipe e sempre viveu cá e sempre participou nesta comunidade. Disse lembrar-se ainda das ameaças da União Europeia de aplicação de multas de milhões de euros por encaminhamento de esgotos para o rio Guadiana. E disse ter uma breve nota: não se estava em mil novecentos e oitenta e seis, data da entrada na Comunidade Europeia, mas sim em dois mil e cinco. Herdaram uma dívida, que podem dizer que não era muito grande relativamente à que há agora, que era de trinta milhões de euros e não como disseram na bancada do PS, e lembra-se ainda que, nessa altura, quando entraram para a Câmara, em dois mil e cinco, em Vila Real de Santo António, mas particularmente em Monte Gordo, perante um chuva intensa, todos os residentes do sertão pegavam nas suas as galochas e nos baldes de água e começam a tirar tudo fazendo grandes estragos em Monte Gordo. E voltou a repetir: todos os que são de cá e de Monte Gordo sabem perfeitamente de que é que estava a falar. Mas o retrato do concelho não ficava por aqui: as empreitadas eram levadas a cabo por empresas falidas e sem contratos visados pelo Tribunal de contas, havia uma Casa da Câmara Municipal que ainda hoje, com tantas pessoas preocupadas se os funcionários ficaram bem arrumados ou ficaram bem, quando foram colocados no novo edifício ou no edifício principal da Câmara, se esquece que o edifício estava em condições miseráveis: chovia torrencialmente dentro da Câmara Municipal, estava tudo estragado e o executivo, mais uma vez, resolveu o problema, requalificando o edifício. Há cinco anos que se estava num novo século, mas o Município encontrava-se estagnado algures no século vinte. Foi necessário trazer o Município à luz do

século vinte e um, o que exigiu trabalho e investimento e relembrou, a título de exemplo, alguns desses investimentos que já foram aqui falados: requalificou-se e deu-se dignidade aos paços do concelho, criou-se um sistema de gestão documental, criou-se uma marca para o Município, substituíram-se as condutas de água e saneamento municipais e ligaram-se todos os esgotos à ETAR, o que permitiu abolir definitivamente as descargas de esgotos no mar, obra esta que a Câmara mais a SGU é que perfazem, respondendo à Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques**, sessenta e três milhões de euros aproximadamente, requalificaram-se escolas, fizeram-se novas escolas no concelho e estradas, criaram-se ciclovias, que podem precisar de ser requalificadas, mas que as fizeram, fizeram, construiu-se a biblioteca, lembra-se perfeitamente que nessa altura a construtora Barão tinha um por cento, era um consórcio, e tinha um prazo de três meses para acabar o edifício, a casa mortuária, as piscinas municipais e muitas outras coisas. Importa ainda referir, coisa de que é sempre muito acusada, o apoio social. Estava-se numa altura, essencialmente no nosso governo, em que a crise se abateu e houve que fazer medidas drásticas para retirar muitos apoios sociais para as famílias, mas tinham duas soluções: ou iam a favor do governo ou iam contra o governo, apesar do governo dizer que não, apostaram numa ação social forte para combater o desemprego e a fome que havia. E disse que, hoje, não se arrependia do que tinha feito e, se tivesse de o fazer, voltaria a fazer o mesmo. Face a isto, voltava aqui ao início da sua intervenção, se a situação financeira do Município era difícil. Disse que sim. Perguntou se tinha sido difícil colocar Vila Real de Santo António no século XXI. Respondeu que sim. Perguntou se tinha sido difícil combater a grave crise económica e financeira e ajudar o povo de Vila Real de Santo António a ultrapassá-la. Respondeu que sim. Disse que foi difícil, mas que conseguiram responder afirmativamente estas três questões formuladas.
Foi muito difícil modernizar um concelho e combater uma das maiores crises da história, mas nunca viraram a cara à luta e que era agora, com o mesmo espírito de missão, que agora, no presente, estão hoje aqui, para esta situação financeira que é delicada, à qual nunca se escudou em responder em nada, e sempre disse que se tinha uma dívida como resultado do investimento, e portanto nunca se escudou em dizer que se tem dívida e, por isso, está cá o FAM. Está cá o FAM desde dois mil e dezasseis. Como não foi cumprido, tal como disse o Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz**, neste momento, o FAM está presente e está a ajudar a encontrar soluções para combater esta dívida. Disse que, juntamente com o seu Executivo, não estavam assustados, bem pelo contrário, estavam cientes das dificuldades, mas seguros de que tinham a solução e que eram a solução. Por isso,

ganharam, ainda só tinham um ano de mandato, ela própria, como Presidente de Câmara, tinha um só ano de mandato, e disse que a solução passa pela transparência absoluta, pelo controlo orçamental que é necessário, que o PS tanto na campanha eleitoral apregoara e era isso que o atual executivo estava a fazer, a mostrar todo o controlo orçamental e que seria apresentado no próximo orçamento, onde estarão presentes essas pessoas que o PS diz que "estão feitos" com o Executivo, que são do FAM, e a solução passa por essa transparência, pelo controlo orçamental, pelo rigor, que é exigido pelo Executivo e que é exigido também pelo povo. Disse saber que não podiam percorrer este caminho sozinhos e é por isso que estreitaram esta relação com parceiros como o Fundo de Apoio Municipal, com quem trabalham diariamente na revisão de políticas e de contratos. A verdade é que, desde que assumiram funções, decidiram adotar uma postura que é mais condizente com a realidade do município e do concelho: o sério compromisso de equilíbrio orçamental é o que os guia, mas não deixariam de estar atentos às necessidades da população. Mas, no entanto, e para este executivo a educação, a valorização do espaço público e o desenvolvimento estratégico do concelho são áreas absolutamente prioritárias e é nesse sentido que, neste momento, têm: o novo Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António tecnicamente concluído e pronto para, nesta sequência da política de transparência, tal como tinha dito, há um ano atrás, que iriam fazer o documento e pôr já o documento em prática, passando por todos os trâmites legais. Disse que, no dia seguinte, iria apresentá-lo, em sessão de Câmara, aos Vereadores da Câmara Municipal, aos técnicos da Câmara Municipal que estão a trabalhar com eles, e apresentariam as linhas gerais deste documento que está pronto e que já foi para a CCDR. Disse ainda que, apesar de todas as restrições financeiras, o nosso Município, ao nível da educação, mantém o apoio no domínio das refeições, transportes, recursos humanos e manutenção do parque escolar, sendo mesmo o único município no Algarve que disponibilizou e continua a disponibilizar, de forma gratuita, a componente de apoio à família, nomeadamente o prolongamento de horário para os alunos do pré-escolar. Disse que assegurariam também a cobertura total de vagas, colocando um ponto final às tão famosas listas de espera que eram tão faladas aqui e tantas vezes foi comentado. Disse que tinham reorganizado a circulação automóvel e requalificado todas as rotundas do concelho que aprovaram o Plano de Ordenamento do Espaço Público Esplanadas a Norte de Vila Real de Santo António e estavam a preparar idêntico procedimento para o resto do Município. Disse que assumiram agora a Presidência da Eurocidade do Guadiana, que tinham conseguido a forma de ter Número de Contribuinte próprio para que esta adquirisse

personalidade jurídica, para se poder ter, a partir daí, a hipótese de chegada de fundos europeus que promovessem quer o desenvolvimento estratégico de Vila Real de Santo António e de todo o Baixo Guadiana. Disse que tinham aprovado um novo plano de apoio ao associativismo, e que acreditavam no associativismo e na força do associativismo e que pretendiam apoiá-lo de forma real e transparente. Disse que, ao contrário do que aqui diziam, há duas unidades hoteleiras de 5 estrelas a abrir brevemente em Vila Real de Santo António: uma iniciou a sua construção e a outra está para abrir. E disse que aqui não havia nada a esconder, apenas havia que fazer a intervenção a nível de certificação energética e de alterações a nível de ANPC. Disse que mantinham, na cultura, uma forte aposta, embora sempre de acordo com os seus valores, que, era verdade, eram muito restritos, porque, neste momento se tinha de baixar a despesa e de aumentar a receita. Disse, para concluir, que estavam há um ano, e voltou a lembrar, que, como Presidente da Câmara estava há um ano e, quer gostassem dela ou não, aqui se ia manter mais três anos, pelo menos. Disse que os presentes eram todos deste município, eram todos de Vila Real de Santo António, deste concelho. E só quem é de Vila Real de Santo António é que sente o que é que neste momento está a acontecer e o que é que viveu durante estes anos todos: "nascemos, crescemos e queremos o melhor para esta terra. Acredito que todos os que estão aqui também queiram o mesmo". Disse até aceitar lições de moral, desde que elas contribuíssem para o desenvolvimento deste concelho. Não se tratava de estabelecer divisões entre os bons e os maus, entre os santos e os pecadores, era, sem dúvida, um desafio enorme e era muito exigente e estão a trabalhar diariamente para ultrapassar esta fase mais delicada. E disse concluir, dizendo que estavam aqui por Vila Real de Santo António e, ninguém, nenhum deles tinha enriquecido pessoalmente com esta situação e era com muito gosto que, hoje, estava aqui a prestar estas contas e que nunca deixaria de ter orgulho no passado e mais orgulho no presente e, possivelmente, mais orgulho no futuro que cada vez será mais risonho.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou concluídas as intervenções, mas, por solicitação de membros da Assembleia, concedeu a palavra de novo à Sra. Presidente da Câmara Municipal para que respondesse às questões de alguns senhores deputados municipais.----------

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** que estavam a preparar o orçamento e, ao contrário do que diziam sempre, que o orçamento ainda não tinha sido aprovado e, portanto, estava fora da